

DISCUTINDO A HISTÓRIA E O HISTORIADOR

Rui Ribeiro de CAMPOS

Se os fatos históricos não se repetem, a História não pode ser considerada uma ciência pois são irrepetíveis e, portanto, não sujeitos à verificação. Se não se repetem, não há como explicá-los e nem como prever o futuro, somente sendo possível uma interpretação subjetiva. Assim não há leis na História e sem elas não pode ser considerada uma ciência.

O objeto da História são os fatos singulares do passado. Sendo do passado, não são mais reais, são “fatos do pensamento” e portanto, subjetivos, criados pelo historiador. Todavia, como tudo o que existe é produto do espírito e o espírito só existe no presente, toda História é atual, contemporânea.

Na História, assim como nas ciências da natureza (como prova o Princípio da Complementaridade, descoberto por Bohr, segundo o qual, dependendo do contexto, um elétron pode ser considerado como onda ou como partícula), não há condição de objetividade: ao escolher uma observação, esconde outra. Como o historiador é obrigado a realizar opções, sempre deixa algum acontecimento de fora. E é, ao mesmo tempo, marcado por sua sociedade, sua nacionalidade, sua religião, etc., não podendo ter “olhos objetivos” e modificando o fato, como Xenofonte já o fez ao transformar “uma fuga desenfreada numa retirada estratégica”.

A realidade social é mutável; porém estas mudanças são regidas por leis cognoscíveis que explicam tanto a gênese de um sistema social como sua transformação e transição para um novo sistema. Há uma História feita de lutas sociais, travadas “dentro de uma delimitação estrutural que é produto da história anterior” pois cada novo elemento que surge deriva da resolução de uma contradição que “retém algumas das qualidades dos elementos contrários que entraram em luta e assim o geraram”. A história não é só uma ciência mas também a maior delas.

Como vimos, ainda que superficialmente, história é um termo polissêmico, inclusive no plano das concepções a respeito dela. Com o

objetivo de provar que não existem grandes obstáculos para que “a História possa ser uma ciência”, (apesar de ainda hoje ser uma disciplina, é “cada vez mais uma ciência”) e de orientar o pesquisador dessa área, **Ciro Flamarion S. Cardoso** escreveu **Uma Introdução à História** (São Paulo: editora Brasiliense, 142p.).

Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, concluiu em 1971 o doutorado na Universidade de Paris X (Nanterre). Pesquisador e professor em vários países, **Ciro Flamarion S. Cardoso** publicou vários livros como **La história como ciência** (San José, 1975), **História económica da América Latina** (2 vols., Barcelona, 1979), **Agricultura, escravidão e capitalismo** (1979), **América pré-colombiana** (1981), etc.

Uma Introdução à História é dividido em três partes. Na primeira (Será a História uma ciência?) discute o conceito de ciência, a polissemia do termo e da concepção de História, e sua evolução moderna como disciplina. Analisa as principais escolas e suas conseqüências na ação do historiador, alertando que a História não é individual e sim coletiva, e que as outras ciências, que também são históricas, são do mesmo modo falíveis. Os resultados das ciências naturais são históricos, sendo infinito o objeto de conhecimento (e, por conseguinte, o conhecimento do objeto), mesmo se considerarmos como objeto a totalidade do real.

Na segunda parte (O método científico em História) analisa o método da crítica documental erudita (História tradicional), redefine o método científico, suas tarefas e seus problemas, em História e conclui analisando algumas dificuldades no “caminho da construção da História como ciência” decorrentes “em boa medida de uma visão não teorizada da totalidade social”.

A última parte (Os passos da pesquisa histórica) é uma unidade mais voltada ao futuro pesquisador, explica, do projeto à síntese, como se elabora uma pesquisa. É um texto didático, fundamental para alunos em final de curso e que já pensam em realizar pós-graduação. Faz aqui para o historiador o que **Antonio Joaquim Severino**, em “Metodologia do Trabalho Científico” (**Cortez & Moraes**, 1975) realiza para o trabalho científico em geral.

Procura deixar claro que “as sociedades humanas não são um amontoado de elementos desconexos, e sim totalidades organizadas...” (p. 94), que a História é a ciência das transformações sociais no tempo, uma “iluminação do presente” (**Lucien Febvre**) e não mais “uma necrópole

adormecida pela qual só passam sombras despojadas de substância". (p. 118) Agradece a Marx e Engels pelo legado do materialismo histórico, embora sua posição seja mais próxima do heterogêneo "grupo dos Annales" (História Nova), que concebe a História-problema (no lugar da História-narração), insiste nos aspectos sociais, na "ligação indissolúvel e necessária entre presente e passado" e no debate permanente com as outras ciências sociais. O autor, porém, dá mais atenção ao problema da cientificidade, da metodologia que à questão ideológica.

Apesar do caráter propedêutico, o livro poderia ter analisado melhor a função política da "velha história", os perigos da quantificação (o faz mas brevemente), o método comparativo, além de algo sobre historiografia brasileira, ausente no texto. E, como o próprio autor reconhece (p.117), deveriam ser melhor trabalhadas as categorias de espaço e tempo.

Positivas, entre outras, a existência de um glossário e a recomendação das leituras no fim de cada capítulo. Muito importante também (principalmente após os estragos realizados na década de 1970) a defesa do "compromisso ineludível" do historiador brasileiro "com a sociedade na qual vive e age", caracterizada pela dependência e por desigualdades; daí a ênfase no social em busca de uma contribuição para a superação da situação vigente.